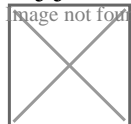


Leilão da massa falida da Varig arrecada R\$ 153 mil com venda de aviões

cnj.jus.br



O leilão da massa falida da antiga Varig S/A, e suas subsidiárias Nordeste Linhas Aéreas e Rio Sul Linhas Aéreas, feito nesta quinta-feira (28/6), no Rio de Janeiro, arrecadou um total de R\$ 153 mil com a venda de seis aeronaves sucateadas (modelos Boeing 727 e 737). Também foram vendidos imóveis da antiga companhia aérea.

Os aviões estavam fora de circulação desde a década de 90 e ocupavam áreas nos aeroportos do Galeão (RJ) e Salgado Filho, em Porto Alegre (RS). Segundo o gestor judicial Jaime Canha, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, um dos sete aviões colocados à venda inicialmente foi retirado do leilão.

O leilão dos aviões é resultado do programa Espaço Livre, da Corregedoria Nacional de Justiça, iniciado em fevereiro de 2011 com o objetivo de remover dos aeroportos aeronaves vinculadas a massas falidas de companhias aéreas ou que foram apreendidos de empresas envolvidas em processos criminais.

"O Brasil, que até então se ressentia com o problema das aeronaves sucateadas em nossos aeroportos, assiste agora a uma limpeza completa, transformando os cemitérios de aviões em áreas operacionais, reduzindo o custo Brasil e acelerando o pagamento de trabalhadores nos processos de falência das aéreas", declarou o presidente da Comissão Executiva do programa Espaço Livre e juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Marlos Augusto Melek.

Segundo levantamento feito pela Corregedoria, até 2011 existiam 57 aeronaves de grande porte paradas em aeroportos brasileiros. Em sua maioria, eram aviões que pertenciam a empresas aéreas que faliram ou saíram do mercado. Outras 300 aeronaves de pequeno porte estavam paradas nos aeroportos. Estas, geralmente são aparelhos apreendidos pela Justiça, alguns deles pertencentes ao crime organizado.

De acordo com Canha, quatro dos aviões serão recortados, para reciclagem e aproveitamento do alumínio, e outros dois permanecerão inteiros, para exposição em um museu e numa escola, ambas as instituições de Porto Alegre. A ideia é preservar a memória da companhia extinta.

Todos os aparelhos tiveram laudo de perecimento da Agência Nacional de Aviação, antes de ser incluídos no leilão — o que impede inclusive o aproveitamento das peças. O dinheiro arrecadado ficará à disposição do juiz Luis Roberto Ayoub, da 1ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde tramita o caso. Sete imóveis também não foram arrematados e deverão voltar a leilão entre outubro e novembro, de acordo com Canha. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Autores: Redação ConJur